

Parlamentarismo, a opção de Delfim para se evitar a hiperinflação

por Claudia Safatle
de Brasília

Otimista histórico, o ex-ministro do Planejamento, Delfim Netto, está apreensivo com a proximidade da hiperinflação e se considera, hoje, "um fatalista".

"Não existe uma lei que determine que o que ocorre na Argentina necessariamente acontecerá, em seguida, com o Brasil. Mas ao longo desses anos aprendi que as mesmas coisas, em geral, produzem os mesmos efeitos", ironizou o deputado do PDS paulista, para evidenciar que a hiper-inflação "está batendo às nossas portas e não acredita nela quem não quer ver a realidade". Ele prevê para junho uma taxa de 17 a 18% de inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do IBGE, percentual que representa uma aceleração brutal em face do índice de 9,94% registrado em maio. "Depois de 18% é 25% e daí por diante..."

Temeroso de que a hiperinflação se acelere em razão de uma provável crise cambial, o parlamentar defende a implantação do regime parlamentarista já, pois "só um governo de união nacional — união e não unanimidade — vai poder elaborar um programa econômico coerente, com credibilidade e apoio político necessários para sua implementação, de maneira a evitar a hiperinflação. Do contrário, o final do presidente Sarney será o mesmo do governo de Raúl Alfonsín, que entregará ao seu sucessor um país moribundo", alerta o ex-ministro.

Ele não acredita na eficácia de um pacto social, mesmo sendo agora articulado no Congresso Nacional. "Quem falhou não foi o País. Foi o governo e a ele cabe a tarefa de governar. Além do mais, a FIESP não representa a totalidade dos empresários e o Meneguelli não pode falar em nome da classe trabalhadora. Não adianta, por outro lado, o Executivo tentar montar mais um programa econômico. Ninguém vai delegar poderes ao presidente Sarney para que ele cumpra esse programa. Razão pela qual é necessária a implantação do regime parlamentarista, que atribua responsabilidades ao Congresso Nacional", advogou Delfim Netto, que estimou contar com aproximadamente duzentos parlamentares que votariam, hoje, na mudança do regime político.

A primeira decisão que

ele tomaria, no bojo de um programa econômico de transição, seria fixar como meta para este ano um superávit de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas do setor público pelo conceito primário (que mede o déficit público excluindo as correções monetária e cambial e descontando os encargos de dívidas). Esses 4% têm um sentido macro-econômico, na ótica de Delfim Netto: ele seria compatível com o crescimento de 5 a 6% da economia nos próximos anos, com um consumo crescendo à taxa de 4% ao ano e a renda per capita subindo algo da ordem de 1,5 a 2%.

Com os juros reais sendo praticados à taxa de 6% ao ano para um PIB crescendo na mesma proporção, a relação dívida interna/PIB permaneceria constante e uma parcela do superávit primário serviria para financiar as transferências de recursos ao exterior, provocadas pelo endividamento externo.

É evidente que para obter um superávit mesmo que no conceito primário, nas contas públicas, medidas fiscais teriam de ser adotadas para cortar gastos e elevar as receitas. A frente de um projeto dessa natureza deveria constar uma primeira medida — de efeito demonstração — que o deputado paulista sublinhou: "Eu ganharia algo como 2% do PIB só com o enxugamento do funcionalismo público", arrisca.

A isso ele associaria uma política de realismo tarifário para as empresas estatais; um programa de privatização mais agressivo — "não adianta esperar que o Congresso aprove a privatização, pois ele nunca aprovará medidas que lhe tiram poder de distribuir cargos" — e cortes de investimentos públicos.

Receitas à parte, o ex-ministro indica outro risco que se avizinha e que está preocupando, também, a equipe econômica do governo: uma possível crise cambial. As operações de câmbio estão carentes desde o início de maio não só movidas pelo atraso cambial que alguns setores calculam de 15 a 20% mas também pela prática corrente do subfaturamento, que se estima em algo superior a 20% do total das exportações brasileiras. Queda do superávit comercial, associada ao não ingresso de recursos externos, de uns US\$ 3,5 bilhões, poderá levar o País a uma moratória no segundo semestre deste ano.